



Critérios para compras conjuntas energeticamente eficientes

Nas compras públicas o preço é o critério de selecção mais comum, nomeadamente, na aquisição de veículos e de equipamento de escritório. As compras são um instrumento subestimado para as políticas ambientais e de inovação, notando-se a ausência duma estratégia global que inclua os resultados destas políticas no desenvolvimento económico regional e na melhoria da imagem das organizações. Da mesma forma que, sob o ponto de vista da crise económica, os investimentos adicionais no sector público podem conduzir à criação de novos empregos, também os processos que incentivam a sustentabilidade nas compras públicas podem contribuir para a solução de vários problemas.

O projecto Pro-EE, financiado pelo programa europeu Intelligent Energy, aborda uma das áreas prioritárias do programa: a melhoria da eficiência energética nas compras públicas nos seis países europeus participantes. O plano de trabalhos inclui a elaboração de “critérios ambientais para compras conjuntas”, que serão o denominador comum para as compras previstas no projecto para os seis países, ambiciosos no entanto realistas, permitem que cada parceiro possa ainda aplicar critérios mais exigentes. Estes critérios não serão apenas uma selecção de indicadores mas também valores concretos para a concretização da eficiência energética.

São vários os modelos para a adopção de critérios ambientais, p.e., pode-se implementar critérios exigentes desde o início estabelecendo níveis ambiciosos (como é o caso do País Basco) ou incluir critérios mínimos e atribuir prémios de majoração aos produtos em concurso que demonstrem superar o estipulado (Alta Áustria).



Resultados da pesquisa sobre produtos relevantes em termos de consumo de energia

O desenvolvimento de propostas de critérios para Compras Públicas Ecológicas (GPP – Green Public Procurement) tem lugar tanto ao nível local (como é o caso de da cidade de Viena) como



ao nível nacional e europeu. Muitas destas propostas traduzem-se em limites máximos definidos para o consumo de energia ou emissões de CO₂ (p.e. critérios Energy Star), outros critérios tais como a redução do ruído, critérios relativos às substâncias tóxicas que compõem o produto e ainda o critério de facilidade de reparação, irão depender das características do grupo de produto em estudo.

Dado que existem dois modelos para lidar com a poupança de custos provenientes da redução do consumo de energia, a definição de critérios energeticamente eficientes torna-se mais complexa. Numa abordagem comum, a redução do consumo de energia faz parte dos critérios ambientais, num outro tipo de abordagem o custo-benefício da redução do consumo de energia é incluído nos critérios económicos. Neste caso, os preços são calculados de acordo com o modelo de Custos de Ciclo de Vida (LCC). Para além disso, a UE irá permitir no futuro ir mais além através da inclusão de custos externos para a não emissão de CO₂ (p.e. na aquisição de veículos).

O estado oficial das propostas de critérios para as Compras Públicas Ecológicas deverá ser considerado como mais um aspecto para a selecção dos mesmos. É já evidente que os critérios listados no site sobre Compras Públicas Ecológicas da UE assumirão maior relevância no decorrer do tempo, deixando de ser voluntários para obrigatórios num futuro próximo. Tornou-se por isso importante utilizar os critérios da UE do programa “GPP Training Toolkit” (ferramenta de formação sobre Compras Públicas Ecológicas) como guia de trabalho. Tendo em linha de conta a meta de aumentar e melhorar os critérios ambientais, o modelo “abrangente” da UE é preferível ao modelo de “pontuação”. O site apresenta dez conjuntos de critérios para diversos grupos de produtos (incluindo tecnologias de informação e veículos), encontrando-se em desenvolvimento muitos mais.



Public Procurement boosts Energy Efficiency

Proposta de critérios para a compra conjunta ecológica

As Compras Públicas Ecológicas deparam-se com vários obstáculos, já que num modelo LCC podem surgir custos adicionais; enquanto que os critérios de eficiência energética têm efeitos de retorno muito favoráveis, outros critérios ambientais, como o uso de materiais ecológicos ou a redução de ruído, podem aumentar o custo final do produto.

Quem realiza a compra muitas vezes tem de enfrentar o problema de não possuir fundos adicionais ao seu dispor para poder optar por comprar produtos com critérios ambientais. Se os produtos se tornam mais caros devido a um design mais ecológico quem compra poderá ser obrigado a comprar em menor quantidade, o que significa que departamentos com uma vertente ambiental mais desenvolvida que queiram incluir critérios ambientais nas suas aquisições, podem com isso estar a criar um problema aos técnicos de compras devido aos recursos financeiros limitados de estes dispõem.

Mesmo quando a compra de produtos energeticamente eficientes não está associada a preços mais elevados e existe um efeito rápido e positivo do retorno da poupança energética, ainda assim poderão levantar-se obstáculos às compras ecológicas devido à atribuição de diferentes categorias de orçamento para investimentos e custos com energia. A introdução de limites para a quantia máxima de custos adicionais pode ser uma solução para os problemas mencionados.

A seguir apresenta-se uma proposta concebida para colmatar diversas necessidades das várias vertentes do sector público e cumprir as premissas das compras públicas ecológicas. A proposta compreende os seguintes requisitos mínimos:

- Os parceiros irão incluir uma abordagem LCC – incluindo o consumo de energia nos critérios económicos ou ambientais.

- A base de trabalho para o grupo de produtos do projecto Pro-EE é o modelo de critérios ambientais da UE (GPP training toolkit). Para outros grupos de produto, se se verificar necessário, o ICLEI, no seu papel de conselheiro do projecto, irá elaborar propostas adicionais relacionadas com as actividades da UE

- Os parceiros poderão excluir critérios se os custos adicionais, baseados no modelo LCC, forem superiores a 10% do custo dos produtos que não incluam critérios ambientais. Todos os critérios cujo custo adicional seja inferior a 10% terão de ser cumpridos, ao passo que os critérios principais (core criteria) do “GPP training toolkit” são obrigatórios, independentemente do custo.

- Os critérios ambientais têm um impacto significativo (mais de 20%) nas especificações técnicas e, se possível, nos critérios de majoração. Os parceiros do projecto Pro-EE analisaram os seguintes procedimentos de majoração de uso comum nos seus países:

Andreas Drack

Critérios ambientais nas especificações técnicas

País	Especificações técnicas
UE	A UE utiliza percentagens para pontuação dos critérios.
Região da Alta Áustria	A UE utiliza percentagens para pontuação dos critérios.
Mainz (Alemanha)	Modelo percentual: critério/preço.
Grécia	100% o preço (no entanto pretende-se que o preço conte 50 a 65% do total de pontos a atribuir para premiar o contrato.)
Cascais, Torres Vedras (Portugal)	Modelo percentual: (os critérios ambientais são raramente utilizados)
Ferrara (Itália)	Modelo percentual

Para mais informação: <http://ec.europa.eu/environmental/gpp>

O conteúdo deste boletim é da inteira responsabilidade do seu autor e não reflecte a opinião das Comunidades Europeias. A comissão Europeia não é responsável pela utilização que poderá ser feita da informação aqui contida.